

Biopolítica e risco: a nova lógica do capitalismo global

Carla Baiense Felix

Resumo: Entre os meses de abril e maio de 2008, duas discussões tomaram a cena midiática no Brasil e no mundo: a crise de abastecimento de alimentos e o papel dos biocombustíveis na escalada global dos preços e da fome. Ambos os debates relacionavam-se ao velho problema entre tamanho da população e capacidade de produção de alimentos, mas aconteciam em um universo político específico: a proximidade da rodada de Doha da OMC, considerada crucial para definição de regras mais favoráveis ao livre comércio de produtos agrícolas. Neste artigo, para o qual selecionamos uma série de reportagens sobre a crise de abastecimento, os biocombustíveis e as tarifas comerciais, publicadas pelo jornal *O Globo* no período, analisaremos o debate midiático sobre a relação entre fome e risco de instabilidade social, como sintoma da biopolítica atual.

Palavras-chave: jornalismo; biopolítica; neomalthusianismo

Abstract: *Biopolitics and risk: the new logic of global capitalism* – In April and May 2008, Brazilian and worldwide media were dominated by two discussions: the global food supply crisis and the role of biofuels in rising prices and global hunger. Both of these debates were about the old problem of population size *versus* food production capacity, but they took place within a specific political universe: the proximity of the WTO's Doha Round, which was considered crucial for the definition of more favorable rules for the free trade of agricultural products. In this article, for which we have selected a series of reports on the supply crisis, biofuels and trade tariffs published by the newspaper *O Globo* during the aforementioned period, we will analyze the media debate about the relationship between hunger and risk of social instability as a symptom of today's biopolitics.

Keywords: journalism; biopolitics; neo-Malthusianism

Introdução

As discussões sobre segurança alimentar que antecederam a rodada de Doha da OMC em 2008 trouxeram à tona um problema com o qual o mundo se debateu em pleno

século das luzes: a capacidade de produção de alimentos diante da expansão demográfica mundial. Mas, diferentemente do embate entre Malthus e Condorcet, que marcou as discussões no Iluminismo, o atual estágio do debate se concentra num delicado equilíbrio de forças entre nações ricas e emergentes, que pode definir um novo arranjo geopolítico. Com o anúncio do fim da Era do Alimento Barato, levantam-se bandeiras humanitárias e preocupações com o futuro do planeta. Blocos inteiros de nações mobilizam-se em torno de uma política não restritiva ao livre comércio de grãos escassos, enquanto tentam preservar o valor de seus produtos nos próprios mercados internos.

Mas, por trás do jogo político em torno das tarifas de comércio mundial, existe um jogo em torno das tecnologias de produção e exploração dos recursos naturais, com consequências tão importantes para a população mundial quanto o primeiro. Em comum, os dois guardam a noção de risco, associada ao gerenciamento de decisões políticas e tecnológicas entre o possível e o ainda não economicamente viável.

Neste artigo, vamos analisar o debate na mídia a respeito da noção de risco alimentar, no período anterior à rodada de Doha, como sintoma da biopolítica moderna, procurando identificar suas principais características e consequências. Nosso ponto de partida é a ideia de “administração tecnocrática de diferenças”, concebida por Castel e apropriada por Rabinow (2002). Baseada em séries computadorizadas, ela dissolve “o sujeito tradicional e retém apenas os dados abstratos considerados como parte de fatores de uma série” (RABINOW, 2002, p. 145).

Mas, diferentemente da perspectiva de Rabinow, que está preocupado com o surgimento de uma biossociabilidade a partir das descobertas do Projeto Genoma,¹ vamos usar a noção para pensar a pressão disciplinar no âmbito das políticas internas e no posicionamento político dos países em relação ao controle de seus recursos e suas populações a fim de evitar o colapso mundial. A preocupação do debate se dá, portanto, em torno da prevenção de conflitos globais ou, nas palavras de Rabinow, do “mapeamento de riscos”.

O triunfo de Condorcet num mundo neomalthusiano

Para pensar o atual estágio do debate sobre segurança alimentar, vale a pena rever como se processou essa discussão no século XVIII. Considerado o precursor dos estudos de demografia, Condorcet escreveu seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* entre julho de 1793 e março de 1794. Profundamente marcada pela ideia de progresso dos enciclopedistas, a obra prevê o desenvolvimento de uma série de aperfeiçoamentos técnicos que, no futuro, poderiam prolongar a vida humana. A respeito da medicina, por exemplo, ele diz:

¹ Rabinow discute o advento de uma nova biossociabilidade fundada não numa metáfora biológica, mas nas descobertas concretas do Projeto Genoma a respeito de desvios genéticos. Em torno dessas variações, se formariam novas identidades individuais e de grupos, deslocando o papel da subjetividade, já que, como ele enfatiza, não há profundidade alguma no fato de se possuir um desvio genético.

[...] progressos da medicina preventiva, tornados mais eficazes por aqueles da razão e da ordem social, a longo prazo devem fazer desaparecer as moléstias transmissíveis ou contagiosas, estas doenças gerais que devem sua origem aos climas, aos alimentos, à natureza dos trabalhos. (CONDORCET, 1993, p. 201)

Essa visão de longevidade, no entanto, não se choca com o paradigma da produção de alimentos, uma vez que o iluminista acredita que o progresso do espírito será concomitante ao progresso técnico. A aquisição de instrução de mais qualidade e o acesso à cultura e às artes proporcionariam aos indivíduos uma consciência da necessidade de redução do número de filhos. Ambos os progressos estariam associados, portanto, ao triunfo da razão. Além dessa redução “natural” da natalidade, o mundo estaria protegido da ameaça da fome graças a progressos também no campo da agricultura.

Agora um espaço de terra cada vez menor poderá produzir uma massa de produtos de uma maior utilidade ou de um valor mais alto. Desfrutes mais extensos obtidos com um menor consumo corresponderão a uma destruição menor de produções primárias, ou tornar-se-ão de um uso mais durável. Saber-se-á escolher, para cada solo, as produções que correspondem a mais necessidades; entre as produções que podem satisfazer às necessidades de um mesmo gênero, aquelas que satisfazem uma massa maior, exigindo menos trabalho e consumo real. (CONDORCET, 1993, p. 189)

O entusiasmo de Condorcet, no entanto, não era partilhado por todos os seus contemporâneos. Como resposta às suas previsões otimistas, Malthus publica em 1798 o seu *Ensaio sobre a população*, em que enuncia sua mais conhecida lei: “[...] a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética” (MALTHUS, 1983, p. 283).

Para Malthus, qualquer melhoria no padrão de vida da população estaria associada inevitavelmente a aumento na taxa de natalidade, o que causaria desequilíbrio entre a demanda e a oferta de alimentos. Suas convicções religiosas não permitiam que admitisse o uso de qualquer método de prevenção ou interrupção da gravidez. Restavam como contraceptivos naturais a fome, as guerras, as doenças e as catástrofes naturais.

No plano econômico, ele considerava o salário natural, ou de subsistência, como mecanismo regulador do contingente populacional. Na sua lógica, o salário de subsistência seria o equivalente ao valor necessário para manter e repor a força de trabalho.

Ele acreditava que quando o salário médio de um país (estimado com base na soma de todos os salários dividida pelo número de trabalhadores) sobe muito além do valor do salário de subsistência, a população tende a registrar um crescimento, em função da queda de mortalidade e do incentivo à natalidade. Mas se esse crescimento permanece acima dos meios de subsistência, o salário cai, provocando aumento de mortalidade e queda de natalidade.

Dessa forma, só com a manutenção dos salários dos trabalhadores dentro do nível de subsistência se poderia garantir um equilíbrio entre crescimento demográfico e oferta

de alimentos. Contrariando as previsões de Malthus, entre 1820 e 1992, as populações da Europa Ocidental e do mundo cresceram, respectivamente, três e cinco vezes, enquanto, no mesmo período, a economia mundial cresceu quarenta vezes (ALVES, 2002).

O crescimento econômico – cujo início é associado à primeira Revolução Industrial – é apontado como um dos fatores que permitiram a redução progressiva das taxas de mortalidade mundial, assim como avanços na área de medicina. O triunfo da razão, como previa Condorcet, permitiu a ampliação da expectativa de vida.

Já a queda na taxa de fecundidade começou a ocorrer bem mais tarde, o que permitiu o surgimento de um neomalthusianismo. O período entre 1950 e 1960, em especial, registrou uma explosão nas taxas demográficas, trazendo de volta o medo do desequilíbrio entre oferta de alimentos e crescimento populacional. Para os demógrafos dessa corrente, no entanto, o retorno ao equilíbrio seria obtido com o controle da natalidade.

A partir da década de 1970, as taxas de fecundidade começaram a cair em todo o mundo, mesmo nos países marcados pelo subdesenvolvimento econômico. O aprofundamento dessa queda levou à situação inversa ao cenário descrito por Malthus: em muitos países, a taxa de fecundidade está abaixo do nível de reposição, ou seja, 2,1 filhos por mulher.²

As teorias mais aceitas para explicar essa desaceleração mundial das taxas de fecundidade relacionam-se à modernização, embora muitos teóricos considerem o desenvolvimento como condição suficiente, mas não necessária, à redução da natalidade. Na linha culturalista, muitos autores preferem associá-la a uma nova configuração nas famílias e seus hábitos.

As próprias estatísticas de queda na taxa de fecundidade da população, no entanto, mostram que há desigualdades entre os países, que devem ser explicadas tanto por aspectos econômicos quanto culturais. Em 2005, a ONU divulgou um relatório que previa um aumento de 2,5 bilhões de indivíduos na população mundial até 2050. Mas esse crescimento não se daria de maneira homogênea: enquanto os países ricos manteriam seu 1,2 bilhão de habitantes atuais, os mais pobres registrariam um aumento na população de 5,4 bilhões para 7,9 bilhões em 43 anos.

Muitos autores poderão defender o triunfo de Condorcet num ambiente social e econômico marcado pelo desenvolvimento. Mas, como não atentar para o perigo da explosão populacional diante do esgotamento da capacidade produtiva agrícola, apontado por Malthus? É essa tensão que vamos identificar no debate midiático sobre alta mundial nos preços dos grãos, pano de fundo a partir do qual ocorreram as negociações das tarifas de comércio mundial, na terceira e última reunião da rodada de Doha.

² Para um estudo aprofundado sobre as várias teorias que tentam explicar essa transição demográfica, ver ALVES, 2002.

Insegurança que vem da mesa

Entre os meses de abril e maio de 2008, duas discussões tomaram a cena midiática no Brasil e no mundo: a crise de abastecimento de alimentos – que provocou altas de preços e ondas de protesto em diversos países – e as discussões sobre o papel dos biocombustíveis na escalada mundial dos preços e da fome. Ambos os fenômenos relacionavam-se ao velho problema entre tamanho da população e capacidade produtiva de alimentos, mas aconteciam dentro de outro universo político: a proximidade da rodada de Doha da OMC, considerada crucial para definição de regras mais favoráveis ao livre comércio de produtos agrícolas.

As matérias que selecionamos foram publicadas pelo jornal *O Globo* durante aqueles dois meses e, mais tarde, entre julho e agosto, quando ocorreu a reunião da OMC em Genebra. Elas nos ajudam a analisar como a ideia de administração tecnocrática de diferenças funda a biopolítica moderna e nos permitem analisar algumas das suas consequências a partir do próprio debate midiático.

A pesquisa concentrou-se nas páginas de Economia e Mundo do jornal *O Globo*, identificando as matérias que se referiam à crise mundial de abastecimento, aos biocombustíveis e à rodada de Doha. Nossa intenção é entender de que forma esses temas se relacionam e compõem o mosaico a partir do qual se pode apreender a naturalização do debate sobre a fome como arma política nas negociações multilaterais.

O que mais chama atenção nessas matérias é o tom fatalista neomalthusiano em relação ao crescimento populacional. Embora vários relatórios de organismos internacionais reconheçam a importância do desenvolvimento para a redução da natalidade em países pobres ou o impacto das variantes culturais sobre a fecundidade, nas matérias publicadas durante o período a expansão demográfica é aceita como um dado.

Não se articulam vozes a favor do desenvolvimento dos meios “técnicos” e do “espírito” como forma de inverter a escalada da fome mundial. O avanço inelutável da escassez ameaçaria a vida e o meio ambiente e um esforço de todos os países, materializado na flexibilização de tarifas e no livre comércio, seria o único modo de brechar o desastre civilizatório.

Já que o mundo caminha inelutavelmente para os 9 bilhões de habitantes, só resta aos países negociar no plano econômico o equilíbrio da situação. Em outras palavras, redistribuir a comida disponível no mundo, a partir de acordos comerciais, prevenindo, assim, uma escalada de insegurança social e política.

Vamos analisar como essa ideia ampara o tratamento dado às três tematizações – crise de abastecimento, biocombustíveis e tarifas comerciais – e as imbricações entre eles. Da mesma maneira, pretendemos investigar de que forma criam uma pressão sobre a política de cada país, a partir da ideia de gerenciamento de riscos.

Temos fome

Fome e miséria tomam conta de vastas regiões do mundo há séculos e não só por conta das crises de abastecimento. As desigualdades sempre estiveram por trás das “hecatombes

anunciadas”, mas nem sempre visíveis, das sociedades modernas. Antes de analisarmos as matérias que tratam do tema, vale a pena uma ressalva: não se trata de invalidar os discursos contra a alta de alimentos e a favor da vida. Nossa proposta é investigar o que possibilitou que esses discursos viessem à tona neste momento.

Os diversos conflitos em torno da crise de abastecimento apareceram na mídia de maneira pontual. Mas nos meses de abril e maio ganharam mais expressão e foram reunidos de maneira coesa sob um discurso de defesa da segurança da estabilidade política mundial. Selecionamos uma matéria, em particular, que reúne esses vários eventos e apresenta uma lógica comum a eles, alertando para o perigo que a alta dos preços de alimentos traz. E não se trata de metáfora biológica: o perigo refere-se a conflitos sociais e à instabilidade política.

Alimento à instabilidade

Comida se torna motivo de radicalização política no mundo e alarma autoridades

Sabrina Valle

Foi aos gritos de “temos fome” que manifestantes no Haiti forçaram o primeiro-ministro a renunciar. Em Camarões, protestos ligados ao aumento do custo dos alimentos deixaram pelo menos 24 mortos. No Egito, 11 pessoas morreram nos últimos dois meses na fila do pão subsidiado. Costa do Marfim, Somália e Bangladesh também foram palco de manifestações com morte.

[...]

A inflação de alimentos fez os bengaleses reduzirem a quantidade de comida ingerida por dia. Na costa do Marfim, onde a polícia dispersou protestos com gás lacrimogêneo, a câmara de comércio classificou a situação como “explosiva” e disse que a estabilidade política estava ameaçada. No continente americano, o Haiti, onde 66% da população vivem com menos de US\$ 1 por dia, é o exemplo mais alarmante. Houve protestos também na Rússia, na Argentina, no Peru, no Vietnã e na África do Sul. Países como Bangladesh, Índia e Vietnã limitaram a exportação de grãos para garantir estoques e controlar preços. No Brasil, o governo restringiu as exportações de arroz. (VALE, 2008)

Embora a fonte ouvida alerte, a certa altura, que as consequências das altas dos preços dos alimentos variam conforme a história e o momento do país, o texto trata os conflitos como resultado direto da escassez. Não se contextualizam as razões que levaram os países à insuficiência de alimentos, nem sua posição na divisão mundial de comércio. Mas destaca-se a alta dos preços como vetor de conflitos sociais e políticos. Mais do que a vida de milhões de pessoas, o que está em perigo é a paz mundial.

Vale a pena notar, também, como as matérias tratam o problema da alta dos preços e da escassez de alimentos como fenômenos únicos na história. É como se pela primeira vez o fator alimentar se tornasse relevante para a economia mundial. E, embora os países mais

afetados sejam os menos desenvolvidos, as fontes ouvidas invariavelmente se localizam na Europa ou Estados Unidos.

Pode-se creditar esse interesse dos países ricos pela miséria dos pobres – para além das questões humanitárias – como a certeza de que os problemas ligados aos recursos naturais do planeta têm efeito bumerangue, como defende Beck (1992). Mas, embora o risco se volte também para aquele que o causou, os pobres sentem primeiro as suas consequências. Os mais ricos conseguem negociar suas garantias no âmbito privado. E há mesmo quem lucre com a expansão dos riscos. A especulação em torno dos preços dos grãos escassos mostra que a crise pode ser também um bom negócio.

A contribuição de Beck para o debate sobre os riscos contemporâneos vai além. Sua tese central é a de que a preocupação contemporânea deslocou-se da distribuição de bens para a distribuição de riscos. Cabem aqui duas perguntas principais: de que risco estamos falando? Como a sociedade os distribui?

O ponto de partida do autor é a perspectiva ecológica, mas o caminho traçado por ele nos ajuda a pensar todos os outros riscos da contemporaneidade. Diferentemente da antiga noção de perigo, a de risco está ligada de modo intrínseco ao processo de industrialização. Muitos dos novíssimos riscos, decorrentes das novíssimas tecnologias, escapam completamente à percepção humana.

A presença de gases tóxicos na atmosfera, de agrotóxicos nas plantações, bem como seus lentos e graduais efeitos no corpo humano, não podem ser captados simplesmente por nossos olhos e cérebros. O julgamento qualificado do especialista é que nos dá a conhecer os riscos atuais e futuros. Disso deriva outra característica: o poder da mídia, que a partir do testemunho do especialista nos revela os riscos a que estamos expostos.

O debate atual sobre a escassez de alimentos, a alta de preços e a fome no mundo é bem característico da sociedade descrita por Beck. Foi preciso que os especialistas em segurança alimentar nos alertassem sobre o perigo que ameaça o mundo para que tomássemos consciência da fome no planeta. Não estamos argumentando que a mídia “fabricou” o risco que agora descobrimos, ou que não haja novos elementos explosivos impulsionando a escalada mundial da fome. Nosso objetivo é discutir por que esses discursos ganham mais relevância agora.

Podemos levantar duas hipóteses: a primeira é a de que a fome no mundo pobre começa a ameaçar de modo mais intenso o mundo rico, seja porque efetivamente a alta de preços começa a incomodar os países desenvolvidos, seja porque a queda na qualidade de vida impulsiona as migrações. A segunda é a de que o risco alimentar ameaça os interesses dos produtores ricos no comércio mundial. Acreditamos que ambas as possibilidades estejam em jogo na arena política atual.

A polêmica dos biocombustíveis

A defesa brasileira do etanol tornou-se uma das mais fortes bandeiras do governo Lula e gerou uma nova aproximação entre Brasil e Estados Unidos. A visita do presidente

George Bush, em março de 2008, teve como um dos objetivos o estreitamento da relação dos dois países na pesquisa e aprimoramento tecnológico para produção de etanol.

Amparado por mais de trinta anos de estudos do pró-álcool, o Brasil detém a dianteira tecnológica num setor que desponta como a alternativa mais sensata para os combustíveis fósseis. Mas não é só em termos tecnológicos que o país se diferencia dos Estados Unidos. A matéria-prima utilizada pelos americanos, o milho, tornou-se um dos vilões da guerra internacional pelo comércio de produtos agrícolas, já que contribuiu para a alta de preços dos alimentos. O Brasil, ao contrário, produz etanol a partir da cana-de-açúcar, produto sem expressão na cesta dos gêneros alimentícios em escassez no mundo.

Grande parte das reportagens sobre o tema durante o período tratou dessas duas conexões principais: a relação entre o uso de extensas áreas para produção de biocombustíveis e a diferença entre o etanol brasileiro e aquele produzido em outros países. Embora o alvo principal das críticas sejam os Estados Unidos, os europeus também são responsabilizados pelos seus esforços em canalizar parte das terras agricultáveis para os biocombustíveis, sem a tecnologia e a eficiência necessárias para produção em massa.

Os biocombustíveis apresentam dois inconvenientes que, somados, produzem efeitos devastadores sobre o abastecimento mundial: drenam parte do solo e dos grãos, por um lado, e não contam com o desenvolvimento técnico para uma produção eficiente, por outro. São o combustível certo, mas sua produção não obedece à lógica moderna da produtividade. Como podemos ver na reportagem do dia 15 de abril de 2008 “Relator da ONU acusa biocombustível de ser ‘crime contra a Humanidade’”:

O sociólogo suíço Jean Ziegler, relator especial da ONU pelo direito à alimentação, classificou a produção maciça de biocombustíveis de “crime contra a Humanidade” e “hecatombe anunciada”, em entrevista publicada ontem pelo jornal francês *Libération*. O principal alvo das críticas de Ziegler foram os Estados Unidos, devido a seus subsídios agrícolas, mas ele também citou os “grandes emergentes”, sem esquecer o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, no fim de semana, chegou a alertar para o risco de distúrbios sociais por causa da alta dos alimentos. (OLIVEIRA, 2008b, p. 20)

Organismos de defesa dos direitos humanos não concordam com a fome em massa para preservação do planeta. Os biocombustíveis, que pareciam os mocinhos do meio ambiente, se mostraram os violões da humanidade, porque drenam os recursos essenciais para a subsistência. Os cálculos dos técnicos são alarmantes. Na mesma reportagem, Ziegler informa que “[...] quando o preço do arroz sobe 52% em dois meses, e o dos cereais, 84% em quatro meses, dois bilhões de pessoas são jogadas na pobreza”.

A matéria, no entanto, estabelece um marco econômico a partir do qual as pessoas ingressam no grupo dos pobres, descontextualizando os outros fatores que influenciam a renda da população. “As pessoas têm fome” é a mensagem principal, que vai aparecer em muitas outras matérias. E a solução é desregular o comércio internacional e brechar a produção de biocombustíveis. A discussão se dá no estreito universo do desequilíbrio

malthusiano entre oferta e demanda por alimentos, que só poderá ser resolvido a partir da redefinição das tarifas mundiais de comércio.

Outras matérias se preocupam em diferenciar a produção brasileira do etanol da americana. Como a entrevista do ex-comissário de Agricultura da União Europeia Franz Fischler, publicada no dia 27 de abril de 2008.

O peso da comida: Restrições às exportações de alimentos só aumentariam o elemento especulativo sobre os preços

“A situação atual foi provocada por colheitas ruins e pela especulação”

Para o ex-comissário da EU, Lula tem razão ao defender os biocombustíveis

Para o ex-comissário de Agricultura da União Europeia (EU) Franz Fischler, a explosão dos preços dos alimentos é causada pela especulação e por colheitas ruins e, por isso, um freio na produção de biocombustíveis não seria a solução. O austríaco de 63 anos disse que uma prova disso é que a principal razão das rebeliões em países do Sudeste da Ásia foi a disparada de 100% do preço do arroz, produto que não está relacionado aos biocombustíveis. Segundo ele, o motivo desse aumento foi a especulação. No caso de outros produtos agrícolas, Fischler cita as colheitas ruins em Austrália e Ucrânia e o salto da demanda por alimentos em Índia e China como as principais causas da especulação. Com a melhora das colheitas, ele espera uma nova acalmada dos preços, mas a pressão continuará, porque a população mundial ganha, a cada ano, 80 milhões de pessoas.

[...] O presidente Lula defendeu os biocombustíveis, alegando que o Brasil tem um território grande o bastante para produzir etanol e alimentos em abundância. O senhor concorda?

FISCHLER: Lula tem razão. O Brasil produz biocombustível da cana-de-açúcar. As acusações de que o país destrói a floresta amazônica para plantar cana não têm fundamento. (RUETHER-MAGALHÃES, 2008, p. 31)

O texto toca em dois pontos fundamentais para a posição brasileira em Doha: a produção de etanol e a devastação das florestas. A vulnerabilidade do país está entre estes dois limites: sua contribuição à escassez de alimentos no mundo e à degradação ambiental.

Em poucos anos, a posição brasileira em relação à questão ambiental mudou radicalmente. Alinhado com os subdesenvolvidos no que diz respeito às emissões de carbono pelas indústrias, viu seus créditos tornarem-se débito no momento em que os organismos internacionais passaram a cobrar uma posição mais incisiva a respeito às queimadas na Amazônia. Às vésperas das negociações de Doha, sua aposta nos biocombustíveis também ameaçava fracassar diante do peso da alta dos preços dos alimentos.

Mas é curioso como o texto recoloca as ideias de Malthus por trás dos problemas de desabastecimento: colheitas ruins na Austrália e na Ucrânia, o salto da demanda por alimentos na Índia e na China e o ingresso de 80 milhões de pessoas por ano na população

mundial. Portanto: a incapacidade da terra de aumentar sua produtividade, a melhoria nas condições econômicas, que por sua vez impulsiona as taxas de natalidade e o aumento exponencial da população.

A rodada de Doha

A rodada de Doha teve início em novembro de 2001, dois meses após o atentado às torres gêmeas em Nova York. Na ocasião, os países membros da OMC decidiram priorizar as discussões sobre agricultura, indústria e serviços. A meta era fechar um acordo sobre os temas até 2005, quando ocorreu a segunda reunião ministerial, em Hong Kong.

Em 29 de julho de 2008 aconteceu a reunião em Genebra, com várias expectativas: redução de subsídios agrícolas na Europa e Estados Unidos, ampliação das cotas de importação para produtos agrícolas e etanol e redução das alíquotas de importação para produtos industrializados nos países emergentes.

O desfecho da rodada não podia ser mais emblemático dos nossos tempos. Os negociadores não chegaram a um consenso, esbarrando no percentual estabelecido para as salvaguardas comerciais.³ A Índia, considerada negociador-chave nessa etapa, recusou o percentual de 40% como limite para acionar o freio das importações, como defendiam os Estados Unidos. Interessada em proteger os pequenos produtores locais, fixou proposta em 15%. Assim acabou a negociação, após sete anos de discussões.

Decepcionado, o chanceler e negociador brasileiro Celso Amorim fez uma análise curiosa do fracasso nas negociações. “Deus queira que não seja preciso outro 11 de setembro”. Na mesma entrevista coletiva, arriscava outro palpite: “De repente, uma crise alimentar mais forte pode até... Nós não desejamos isso!” (BERLINK, 2008e, p. 23).

O deslocamento simbólico da argumentação política para biologização da política revela o novo panorama a partir do qual se configura a geopolítica atual. A força ou fragilidade dos países depende agora, em última instância, de sua eficácia produtiva num limite estreito entre o tecnologicamente possível e o economicamente aceitável. Acredita-se, ainda, no triunfo da razão, mas é o mundo de Malthus que se invoca para destravar as negociações.

Enquanto a massa inculca e faminta tomava a cena para se manifestar contra a falta de alimentos, parecia haver um argumento inapelável para o andamento das negociações. Diante da incapacidade dos negociadores ilustrados em chegar a bom termo, espera-se que o “irracionalismo” e a “barbárie” voltem a impulsionar o ritmo das discussões, que estavam sob a ameaça de um longo período de adormecimento, com a proximidade das eleições americanas. É a derrota da razão ou uma nova racionalidade que se anuncia?

³ Salvaguardas são mecanismos que garantem uma sobretaxa nos produtos importados toda vez que se detecta um surto de importações de determinado gênero.

Os fatos são ainda muito recentes para que possamos fazer uma análise mais profunda a respeito de suas consequências e mesmo de seu significado. Mas podemos levantar algumas hipóteses para explicar a biologização do debate político. O temor de que a estabilidade política e social dos países seja ameaçada pela fome fornece um bom argumento para pressionar os países na direção de um rápido acordo comercial. Ao mesmo tempo, traça uma linha divisória entre os que estão contra ou a favor da vida humana e do meio ambiente, redesenhando a geopolítica mundial.

Vale a pena investigar, neste caso, o conceito de risco contemporâneo. Não na gestão, mas na própria definição do que seja o risco moderno. Na impossibilidade de se definir os males que afligem o mundo pela mediação política tradicional, definem-se os limites a partir dos quais estamos em perigo a partir do discurso científico. É através do especialista que tomamos consciência do portfólio de riscos (DOUGLAS, 1992) a que estamos expostos.

Assim é que a segurança alimentar – ou a insegurança que vem dela – nos é apresentada em números, gráficos e estatísticas precisas. Assim descobrimos que a escalada de fome no planeta deve se intensificar os próximos anos, dada a conjuntura atual marcada pela escassez de alimentos e pelo aumento do contingente populacional. O cenário cientificamente definido é reiterado pelas cenas de barbárie mundo afora. As duas narrativas convergem para a mobilização dos afetos em torno de uma comunidade de vítimas virtuais (VAZ, 2005).

A biopolítica, portanto, se vale do discurso científico para estabelecer um ambiente propício ao debate dos temas que interessam no momento, tirando de cena aspectos da sociedade que não merecem o devido investimento de tempo. O ressurgimento do temor malthusiano do desequilíbrio entre oferta e demanda é uma reinterpretação, à luz de uma nova cientificidade, do velho temor da fome, que sempre assombrou a humanidade. Mas que agora adquire contornos globalizantes nas mesas de negociação internacionais.

Quando os negociadores mostram-se ineficazes na administração dos riscos, a tecnologia volta à cena, como resposta para os problemas mundiais. É assim que o fracasso da rodada de Doha abre caminho para que se volte a discutir temas polêmicos, como o uso de sementes geneticamente modificadas. Os limites entre ética e economia são deslocados em nome da administração de um risco maior: a falência do sistema mundial de produção de alimentos. É ainda a biopolítica que está em jogo, e são os mesmos jogadores que estão em campo: os grandes produtores mundiais. O artificialismo se anuncia como o maior defensor da vida, num debate pasteurizado, que desconsidera as condições históricas e sociais responsáveis pela crise atual.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz (2002). *A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

BECK, Ulrich (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.

CONDORCET, J. A. N. (1993). *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: Unicamp.

DOUGLAS, Mary (1992). *Risk and blame: essays in cultural theory*. Londres e Nova York: Routledge.

MALTHUS, T. R. (1983). *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Abril Cultural.

RABINOW, Paul (2002). Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biossociabilidade. In: _____. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

TUCHERMAN, Ieda (2006). Mídia, ciência e tecnologia: representações, discursos e tensões. In: _____. *Construções do tempo e do outro*. Rio de Janeiro: Mauad X.

VAZ, Paulo et al. (2005). Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime. *Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos*, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 2, p. 95-103, maio/ago.

Jornais

BERLINCK, Deborah (2008a). Etanol do Brasil não compete com alimentos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 maio.

_____ (2008b). Fiasco em Genebra: o Brasil teme que novos temas sejam usados como argumento para medidas protecionistas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jul.

_____ (2008c). O fio arrebentou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jul.

_____ (2008d). Mudança de postura tira China da lista de vilões do fracasso de Doha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jul.

_____ (2008e). Que não seja preciso outro 11/9. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul.

_____ (2008f). Tarifa sobre etanol será alvo de queixa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul.

OLIVEIRA, Eliane (2008a). Fiasco em Genebra: falta de acordo sobre liberalização vai desencadear novos contenciosos, dizem especialistas. Brasil prepara-se para retaliar EUA em US\$ 4 bi. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul.

_____ (2008b). Relator da ONU acusa biocombustíveis de ser "crime contra a Humanidade". *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 abr.

RIBEIRO, Fabiana (2008). Fiasco agrava crise de alimentos e desigualdade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul.

RODRIGUES, Luciana; RIBEIRO, Fabiana (2008a). Muita terra, pouco alimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 maio.

_____ (2008b). No mundo, a era da comida barata ficou para trás, dizem especialistas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 maio.

ROSA, Bruno (2008). Fiasco em Genebra: país deixa de ganhar cerca de US\$ 3,3 bilhões com exportações de etanol, um dos mais afetados. Sem OMC, Brasil perde pelo menos US\$ 4,25 bi. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul.

RUETHER-MAGALHÃES, Graça (2008). A situação atual foi provocada por colheitas ruins e pela especulação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr.

SCOFIELD, Gilberto (2008). Governos esqueceram que as pessoas precisam comer. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 maio.

VALLE, Sabrina (2008). Alimento à instabilidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 maio.

Sites

POPULAÇÃO mundial passará de 9 bilhões em 2050 (ONU). UOL, 13 mar. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/03/13/ult1806u5690.jhtm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

CARLA BAIENSE FELIX é jornalista, formada pela UFF, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ e mestre em Comunicação e Cultura pela mesma universidade.

carlabaienses@yahoo.com.br

*Artigo recebido em julho de 2010
e aprovado em outubro de 2010.*